

Crítica à noção de subimperialismo

ANGELITA MATOS SOUZA*

O conceito de imperialismo e a situação atual

Neste tópico será retomado o conceito de imperialismo em Lenin, com algumas anotações sobre mudanças introduzidas pelo padrão de acumulação consolidado na virada do século XX para o XXI. Retomada a partir da qual se pretende abordar a noção de subimperialismo de Marini.

No contexto da reação dos EUA aos ataques sofridos em 11 de setembro de 2001, muito se falou em império e/ou novo imperialismo, ressaltando-se a dimensão militar, mais que a financeira, da dominação imperialista norte-americana sobre o mundo. A eclosão da crise atual serviu para deslocar o militarismo do centro do debate, tornando mais difícil a separação entre capitalismo e imperialismo, para aqueles que são contrários ao imperialismo (identificado à força), mas não necessariamente contrários ao capitalismo. Efetivamente, nada se compara ao domínio financeiro dos EUA e a conjuntura confirma a definição de imperialismo tal qual aparece em *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*, obra na qual Lenin expôs as características econômicas principais do capitalismo monopolista – a partir dos trabalhos de Hobson e Hilferding.

De início, vale salientar que o imperialismo não diz respeito simplesmente às políticas de dominação das potências capitalistas sobre o resto do mundo, nem seria uma “opção” política entre outras dos Estados dominantes; também não deve ser visto como mera conquista de mercados externos para contrabalançar dificuldades de realização de valor ou saída para um sistema econômico supostamente

* Professora na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Rio Claro.



agonizante. O imperialismo deve ser entendido como desdobramento “lógico” do desenvolvimento do capitalismo, produto da sua natureza cosmopolita em busca da valorização máxima do capital. Processo que não é linear, mas atravessado por contradições e crises cíclicas, expressando momentos diferentes dos padrões de acumulação dominantes (Mazzucchelli, 1983).

Resumidamente, o imperialismo constitui a etapa do capitalismo – o capitalismo monopolista – na qual a concorrência entre muitos capitais dá lugar à concentração e centralização de indústrias inteiras e de todo o sistema bancário em mãos de um punhado de empresas gigantescas. O traço marcante desse processo é a fusão do capital industrial com o bancário, sob o domínio deste último, originando o moderno capital financeiro. A monopolização da economia ao mesmo tempo que dá origem ao capital financeiro é impulsionada pelo desenvolvimento desse capital, resultando na formação de poderosos blocos de capital bancário-industrial que buscam controlar os mercados por meio da incorporação constante de empresas mais débeis ou em dificuldades, movimento inseparável da internacionalização do capital financeiro a partir do centro capitalista.

O fator sobredeterminante, digamos assim, é o domínio do capital financeiro em escala mundial, sendo a exportação de capitais e a repartição do mundo entre grupos capitalistas internacionais e grandes potências condição e resultado do predomínio do capital financeiro e da sua transformação em “força motriz” do desenvolvimento capitalista. A concorrência é o dínamo desse processo, não eliminada pela monopolização econômica. O foco da análise de Lenin recai sobre a concorrência intercapitalista mundial, identificada à tendência para as guerras imperialistas, mas também nos mercados nacionais “os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos” (Lenin, 2011, p.217).

Desta perspectiva, pouco importa se o capital financeiro é produto de um processo liderado pelos bancos, rumo à incorporação do capital produtivo, ou fruto do movimento de grandes grupos industriais em direção às atividades financeiras. Podem ser inúmeros os caminhos que levam ao capital financeiro, assim como é possível conglomeração econômica, com a formação de poderosos grupos empresariais, sem que se alcance o capital financeiro. Também é possível a conformação de um capital financeiro em economias periféricas e dependentes que seguirão nessa posição – ou seja, não serão potências imperialistas.¹ Definitivo é que a economia capitalista de países centrais transformou-se em imperialismo ao alcançar um patamar de desenvolvimento muito elevado – identificado à existência do ca-

1 Na Espanha, por exemplo, as privatizações levaram à consolidação do “núcleo duro” reunindo bancos e setor produtivo em torno de dois grandes grupos que lideraram o expansionismo espanhol recente. Portanto, de certo apenas a dificuldade estrutural dos processos de desenvolvimento tardio em ascender à lista das economias centrais pela via dependente-associada – da qual a China escapou.



pital financeiro – de poder militar, moeda forte, domínio do processo de inovação científico-ideológico, capacidade de determinar os rumos da economia mundial.

Etapa superior na qual “o velho capitalismo caducou” e o “novo constitui uma etapa de transição para algo diferente” (Lenin, 2011, p.158), destacando-se aqueles “Estados dotados de poder financeiro em relação a todos os restantes” (Lenin, 2011, p.177). O poder do capital financeiro abrange os Estados de seus países de origem e daqueles sob sua esfera de influência, passando tais Estados a representar os interesses do capital financeiro no âmbito das relações internacionais e a movimentação de capitais envolve direta e indiretamente o papel de mediação dos Estados dos países imperialistas dominantes e a disputa/conflito entre eles. Os aspectos políticos do imperialismo perpassam esse texto de Lenin, o qual talvez seja o primeiro a falar em Estados dependentes, nominalmente independentes, porém presos em redes da dependência financeira e diplomática das nações imperialistas dominantes.

Nas últimas décadas, o domínio do capital financeiro internacional acentuou a interdependência entre Estados e mercados financeiros, restringindo ainda mais as possibilidades de políticas econômicas nacionais, mormente dos Estados dependentes. E mais do que nunca, qualquer redução dos Estados ao “comitê executivo” dos negócios da burguesia (financeira) seria equivocada, pois além de condensação de forças dominantes heterogêneas, a política econômica contempla interesses de segmentos não pertencentes às frações de classe dominantes, todavia atuantes nos mercados financeiros (entidades dos trabalhadores, como os fundos de pensão no Brasil). Por sua vez, os governos dependentes de votos e aprovação popular necessitam da promoção de alguma inclusão social, possibilidade restringida pela predominância da atividade financeiro-especulativa, por essência excludente, salvo momentos de expansão creditícia ao consumo, insustentáveis no longo prazo na medida em que se descolam da “economia real”.

O que se observa é um descolamento aprofundado pelo sistema global de especulação intrínseco ao padrão de acumulação atual, no qual o crescimento das taxas da riqueza financeira tem sido superior às taxas de crescimento do produto/estoque de capital, levando à ampliação das funções financeiras e da participação dos lucros financeiros nos lucros totais das grandes corporações. Claramente, é a negação da centralidade do trabalho no processo de acumulação que está em questão, a manutenção de empregos e renda parece importar mais aos governos (e, claro, aos cidadãos comuns) que a acumulação capitalista, atrelada aos Estados, dirigidos por governos que precisam tanto dos votos populares como dos recursos do grande capital para bancarem campanhas eleitorais milionárias. Mas a grande novidade do padrão de acumulação consolidado na virada do século XX para o XXI é que a potência imperialista tornou-se o maior devedor do mundo.

O marco inicial dessa transformação pode ser localizado na decisão do governo dos Estados Unidos, em 1979, de subir drasticamente a taxa de juros, numa estratégia de reafirmação da hegemonia do dólar que levaria os países devedores da

periferia à beira da bancarrota. O aumento do custo da dívida externa conjugado à contração do crédito no mercado financeiro internacional detonou a crise da dívida nos países devedores, promovendo a paralisação dos empréstimos para a periferia e a fuga do capital financeiro internacional para os EUA. A medida mergulharia a economia norte-americana e mundial numa recessão breve para, em seguida, permitir a retomada do controle do sistema financeiro internacional pelos EUA, abrindo caminho à articulação crescente entre déficit fiscal norte-americano e acumulação capitalista mundial (Tavares, 1997).

Se com taxas de juros baixas, a qualquer sinal de crise, o dinheiro do mundo já corre para o dólar, numa conjuntura como a do início dos anos 1980, combinando juros altos nos EUA e crise nas periferias endividadas, o movimento seria intenso, acrescido pela inversão dos fluxos de capital dos países devedores para o centro capitalista, estando os primeiros submetidos aos pacotes de ajustes do FMI. Sem falar nas possibilidades de negócios abertas pelas reformas neoliberais dos anos 1980/1990, nas altas taxas de juros praticadas em mercados como o brasileiro e, mais recentemente, na especulação sobre os preços das *commodities*, igualmente importantes ao regime global de especulação vigente.

Quer dizer, um novo padrão de acumulação foi se impondo a partir da decisão do governo dos EUA de subir a taxa de juros, precipitando a crise da dívida na periferia e promovendo um afluxo de capitais para aquele país. O que serviu à valorização do dólar e sua reafirmação como moeda padrão internacional, contribuindo igualmente para acelerar a revolução nos assuntos militares (Revolution in Military Affairs, RAM) e, assim, o próprio fim da divisão bipolar do mundo. A economia estadunidense foi impulsionada pelos investimentos em setores tecnológicos de ponta e desenvolvimento de produtos novos; no setor das telecomunicações/informatização as transformações permitiriam o domínio sem precedentes da atividade financeira sobre a produção de mercadorias.

Teve início nos EUA um novo ciclo de crescimento, estimulado pelas despesas militares em alta, redução dos impostos, abertura da economia à China, importação barata de insumos da periferia em geral e bens de consumo asiáticos. A relação entre déficits públicos estadunidenses e *keynesianismo* bélico foi se estreitando, déficits financiados por países asiáticos, europeus, árabes e latino-americanos. Eis o ponto central da articulação entre Estado estadunidense e acumulação capitalista mundial: precisamente sua posição de maior devedor do mundo. Seus principais credores são China, Japão e outros países do Leste Asiático, mas praticamente todos os países capitalistas têm acumulado reservas em dólar, em parte aplicadas em ações, obrigações e títulos estadunidenses. Os Estados Unidos decididamente se transformaram no centro financeiro do mundo, com o Federal Reserve System administrando a emissão da moeda de circulação internacional por meio das taxas de juros do próprio FED e dos títulos emitidos pelo tesouro estadunidense, que passaram a servir de lastro ao padrão dólar-flexível em todo o mundo, num sistema no qual os EUA estipulam a taxa de juros da própria dívida externa (Fiori, 2008 e 2009).

A combinação dispêndio deficitário e gastos militares deu fôlego à economia estadunidense (e ao *boom* imobiliário), bem como à China para alterar o tabuleiro político-econômico mundial e, apesar das crises frequentes (no México, Rússia, países asiáticos, Argentina, Brasil) e momentos curtos de desaceleração na própria potência, o mundo parecia caminhar para o domínio unilateral dos EUA, sobretudo após a reação norte-americana aos ataques de 11 de setembro de 2001. A eclosão da crise em 2008 alterou o quadro e não são poucos os que apostam no fim da hegemonia norte-americana, sendo que a emergência do gigante asiático só aumenta as apostas nessa direção, muito embora seja provável que os EUA sobrevivam como potência hegemônica, ainda que saiam enfraquecidos da crise atual. Difícil é acreditar que o Brasil deixará o rol dos países dependentes e periféricos, a despeito das recentes acusações de imperialismo.

Por fim, vale salientar a pertinência do entendimento do imperialismo como etapa de transição para algo distinto. Claro que não se trata de afirmar que o capitalismo vive seus últimos momentos em função da crise atual ter atingido duramente o centro. Sequer seria o caso de se apostar na continuidade do padrão de acumulação sem reformas, as quais, por certo, exigem o acirramento da luta de classes de forma a promover o ressurgimento e a revitalização dos movimentos sociais de massa de toda ordem. Do que dependeria a própria crise final do sistema, por ora mais difícil de vislumbrar, não obstante o padrão de acumulação engendrado pelo desenvolvimento das forças produtivas reforce o movimento contínuo de transformação das características fundamentais do capitalismo na sua antítese.

Subimperialismo: um conceito?

Por tudo que foi tido, são desproporcionais as acusações de imperialismo ao Brasil, ainda que seja possível praticar o imperialismo sem adentrar a fase superior do capitalismo, sendo possível fazê-lo com bancos públicos e, nas análises atuais sobre o imperialismo brasileiro, o papel de capital financeiro vem sendo atribuído ao BNDES. E tem chamado atenção a retomada da “teoria” do subimperialismo de Marini, perspectiva comprometida pela matriz “consumo”, problemática em qualquer teoria do imperialismo (ainda mais na era da globalização), num esquema explicativo (superexploração e subconsumo → subimperialismo) centrado no peso dos fatores externos e marcado pela imprecisão quanto à definição de capital financeiro, por vezes identificado ao robusto capital bancário local (consolidado durante a ditadura militar), outras ao capital financeiro internacional (que financiaria o subimperialismo brasileiro).

Ademais, Marini não chegou a elaborar uma teoria do subimperialismo (de fato, não há teoria nenhuma), sendo pobre o conteúdo sócio-histórico de sua obra, permeado por interpretações ligadas às do PCB.² A título de ilustração, além de a noção de subimperialismo partir do expansionismo à época da ditadura militar para

² Neste tópico repetimos argumentos já expostos em outra oportunidade (Souza, 2012).

concluir que a economia brasileira teria alcançado a etapa do capital financeiro (mas como economia dependente, tratar-se-ia de um subimperialismo), a interpretação de Marini acerca do populismo parece partir da transposição mecânica da identificação do bonapartismo à religião da burguesia, realizada por Engels. O populismo seria a versão latino-americana do bonapartismo, logo, a religião da burguesia local, transformada em recurso político contra seus adversários, a classe fundiária/mercantil e os trustes internacionais:

Basándose en las masas populares urbanas, a las que seduce por su fraseología populista y nacionalista, pero más concretamente por sus intentos de redistribución del ingreso, ella intenta poner de pie un nuevo esquema de poder, en el cual, mediante el apoyo de las clases medias y del proletariado y sin romper el esquema de colaboración vigente, le sea posible sobreponerse a las antiguas clases terrateniente y mercantil. Por las implicaciones que tiene en las relaciones económicas con el centro imperialista hegemónico, ello tiende a combinarse con la búsqueda de fórmulas capaces de promover el desarrollo capitalista autónomo del país. (Marini, 1974)

Interpretação questionável mesmo à análise do bonapartismo, além de a do populismo, abordado genericamente por Marini. E poderíamos seguir adiante, pois, como escreveu Campos (2010), o conhecimento de história econômica brasileira e latino-americana na obra do autor é frágil tanto diante de pesquisas recentes como da investigação mais cuidadosa a partir das informações disponíveis no momento em que seus textos foram produzidos.³ Naquele contexto, Marini considerou as exportações de manufaturas e capital economicamente necessárias ao Brasil, tendo em vista o nível de composição orgânica média do capital alcançado pela economia brasileira. Da mesma forma, seriam o consumo suntuário e a demanda estatal cruciais à realização do valor tendo em vista as dificuldades impostas pelo subconsumo e superexploração da força de trabalho na economia dependente brasileira:

Hemos definido, en otra oportunidad, al subimperialismo como la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece

3 Portanto, se o autor não obteve o reconhecimento que seus seguidores acham merecido, isto não se deve apenas ao boicote supostamente orquestrado por FHC e José Serra, entre outros.

que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza. [...] A falta de datos más precisos, la composición orgánica de capital de una nación puede inferirse de la participación de su producto manufacturero en el producto interno bruto. (Marini, 1977, p.17)

A citação resume o significado de subimperialismo para o autor e uma primeira observação crítica seria a de que a definição tende à diferenciação por “graus”, de difícil operação: no capitalismo monopolista dependente os limites ao consumo de massa decorrentes da superexploração da força de trabalho seriam maiores, o consumo suntuário e a demanda estatal mais importantes, sendo que nem todo capitalismo dependente será subimperialista devido aos “graus” distintos de composição orgânica. Critério bastante complicado para a sustentação de uma teoria (e é tudo que temos), subjacente também à ideia da política expansionista relativamente autônoma.

Já o consumo de massa é muito bem-vindo, mas não decisivo ao processo de acumulação/reprodução da economia capitalista, por toda parte combinado ao acesso limitado das massas ao consumo (inclusive nas economias centrais). O que pode contribuir para acirrar contradições, dificultando a convivência entre capitalismo e democracia liberal e entre governantes (dependentes do “mercado de votos”) e detentores da riqueza, porém não é a causa do imperialismo ou o fundamental no entendimento das crises – a crise atual, por exemplo, é compreendida melhor a partir das contradições entre atividade financeira e economia real do que pelo viés do consumo.

Ainda conforme a citação anterior, na América Latina, somente o capitalismo brasileiro teria alcançado um nível de “composição orgânica média” para o exercício da “política expansionista relativamente autônoma”. O nível de abstração é inoperável à compreensão de realidades sociais e o expansionismo de empresas latino-americanas não se restringe ao Brasil, hoje como à época em que foram produzidos os textos de Marini. Atualmente, empresas chilenas, argentinas, mexicanas atuam no Brasil e noutros países latino-americanos; seria o caso então de se introduzir outras gradações: composição orgânica média de tipo 1, 2, 3... e respectivos graus de autonomia relativa. E talvez também de distinguir no interior do mundo periférico um centro dependente subimperialista (ou subcentro, a expressão utilizada por Marini) e uma periferia superdependente, vítima de imperialistas e subimperialistas. Efetivamente, muitas tipologias e classificações seriam possíveis, mas politicamente pouco produtivas, servindo à descentralização do domínio dos países imperialistas de fato.

Agora o que mais chama atenção nos textos de Marini e de seus seguidores atuais é a imprecisão quanto ao entendimento do que seja capital financeiro, cuja existência não pode ser deduzida de articulações entre setor bancário e produtivo/comercial por meio do sistema de crédito ao consumo, mas sim a partir da definição

leninista, resumida na primeira parte deste texto. Poder-se-ia argumentar que o “sub” aponta justamente tal insuficiência: um imperialismo sem capital financeiro, levado a cabo com recursos públicos e participação, direta ou indiretamente, do capital financeiro internacional. Bom, não era a posição de Marini (ou de *marinistas* hoje), nem seria este um traço estrutural das economias dependentes (um elemento invariante), pois não é impossível a conformação de um capital financeiro nacional nos limites do capitalismo periférico – sem moeda forte, poder militar, domínio do processo de inovação científica/tecnológica.

O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil não logrou a conformação do capital financeiro a partir da fusão entre capital bancário e produtivo, o que não implica numa impossibilidade estrutural. Durante a ditadura militar, houve concentração/centralização do capital, tanto no setor produtivo como no bancário, independentemente um do outro, devido à colagem da economia brasileira ao mercado financeiro internacional. Nos anos 1990, o processo de privatizações de empresas públicas promoveu maior conglomeração no setor bancário e produtivo, mas não a conformação de um capital financeiro nacional, em grande parte porque os juros altos eram muito atrativos, assim como nos governos Lula. Agora, a “estratégia” liderada pelo BNDES de acelerar a conglomeração econômica parece ter no horizonte o conglomerado financeiro-produtivo e a política de redução dos juros pelo governo Dilma corroboraria essa hipótese. Porém, é tudo muito incerto, certo é apenas a dificuldade estrutural de economias periféricas ascenderem à lista das nações dominantes, mesmo com capital financeiro.

E independentemente da racionalização discursiva oficial (de defesa dos “campeões nacionais”), em meio à disputa sobre os rumos da política econômica (finanças *versus* produção), a política de créditos do BNDES responde sobretudo à necessidade de harmonização dos conflitos de interesses que atravessam a cúpula do Estado, numa conjuntura político-ideológica mais favorável ao setor produtivo, sob os governos do PT, na qual seus representantes conquistaram espaço político (comparativamente aos governos FHC), especialmente após a eclosão da crise em 2008. Isto é mais importante que qualquer visão “estratégica” governamental ou esquemas explicativos pré-estabelecidos a partir de classificações/tipologias teoricamente insustentáveis, como as que envolvem a ideia de subimperialismo.

O próprio Marini, em um texto dos anos 1990, escreveu que países como a Argentina, Israel, Irã, Iraque e África do Sul assumiam ou assumiram em algum momento de sua evolução um “caráter subimperialista”, utilizando a expressão para nomear práticas expansionistas (Marini, 1992). Afinal, é do que se trata: a noção de subimperialismo não merece *status* teórico – nem o Brasil o de país imperialista –, embora se possa, sem rigor, usar a designação para nomear práticas expansionistas de empresas brasileiras apoiadas pelo BNDES – que, claro, devem ser rechaçadas. Infelizmente, as tentativas de teorização em torno de uma ideia que traz mais confusões que esclarecimentos parecem expressar as dificuldades atuais de inovação do pensamento social latino-americano, que já contou com grandes nomes, sendo controverso que entre eles esteja o de Ruy Mauro Marini.

Finalmente, não deixa de ser curiosa a passagem rápida ao sonho de potência e acusações de imperialismo, após todo o debate dos anos 1990 – sobre neoliberalismo, neocolonialismo, nova dependência – e toda a lamentação que acompanhou o primeiro governo Lula quanto à continuidade da política macroeconômica dos governos FHC. Pelo jeito, bastou algum crescimento econômico, combinado ao expansionismo de uma dúzia de empresas nacionais, apoiadas por bancos estatais, para que o sonho de potência despertasse novamente e viessem à tona manifestações tanto de entusiasmo como de descontentamento com a suposta emergência e imperialismo do Brasil, em exercícios que superfaturam o potencial do país.⁴

Referências bibliográficas

- CAMPOS, P. H. P. A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. *III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica*. Brasília, set. 2010.
- FIORI, J. L. A esquerda e a crise. *Alai*, América Latina em Movimento, 4 mai. 2009. Disponível em: <www.alainet.org/active/30202&lang=pt>, acesso em: 4 out. 2012.
- _____; MEDEIROS, C.; SERRANO, F.. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.
- LENIN, V. I. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp/Navegando Publicações, 2011. Disponível em: <<http://lahaine.org/amauta/b2-img/Plinio%20sobre%20Lenin.pdf>>, acesso em: 7 out. 2012.
- MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. 5.ed. México: Siglo XXI, 1974. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>, acesso em: 7 out. 2012.
- _____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n.12, México, abr.-jun. 1977, p.17. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>, acesso em 7 out. 2012.
- _____. Dos momentos en la integración latinoamericana. 1992. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/021_integracion_es.htm>, acesso em: 31 out. 2012.
- MAZZUCHELLI, F. M. *Capitalismo: tendência e crises* (uma reflexão a partir de Marx). Campinas: IE/Unicamp, 1983. (Tese de Doutorado)
- SOUZA, A. M. Expansionismo brasileiro e subimperialismo. *Anais do 7º Colóquio Internacional Marx e Engels*, 2012. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6533_souza_angelita.pdf>.
- TAVARES, M. Conceição; MELIN, L. E. Pós-escrito de 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (ORGS.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ZIBECHI, R. *Brasil potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Bogotá: Ediciones desde Abajo, 2012

⁴ É o caso de *Brasil potencia*, de Raúl Zibechi (2012), que por vezes soa ficção, mas traz informações relevantes sobre o suposto desejo de potência dos governos do PT.